



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

PREGÃO ELETRÔNICO

90082/2026

CONTRATANTE (UASG)

Conselho Regional De Enfermagem Do Espírito Santo
UASG 389326

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de fornecimento de café e bebidas quentes por meio de máquinas automáticas de autoatendimento, para atender às necessidades do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$168.164,64 (cento e sessenta e oito mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Item 1 - CATSER 20648 - R\$ 168.164,64

DATA PREVISTA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/07/2026, às 09:00h (Horário de Brasília)

(O Edital estará aberto por 10 (dez) dias, a contar de sua divulgação, para recebimentos de propostas - Art. 55, II, a, da Lei 14.133)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM, quando aplicável.



Coren^{ES}

Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO

UASG 389326

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2026

(Processo Administrativo nº1086//2025)

Torna-se público que o CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO – COREN ES, por meio do Setor de Licitações e Contratações Diretas, sediado na Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sala 1002 – Ed. AMES – Centro – Vitória/ES – 29010-901, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de fornecimento de café e bebidas quentes por meio de máquinas automáticas de autoatendimento, para atender às necessidades do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O licitante deve oferecer proposta cujo preço máximo é o estabelecido no item 1.1 do Termo de Referência, adotando o critério de julgamento de MENOR PREÇO.

1.3. Em caso de divergências entre a descrição do item disposto no Termo de Referência (anexo I do Edital) e o item selecionado no CATMAT/CATSER, prevalecerá o constante neste Edital e em seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

Sede - Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, Sala 1116 - Ed. AMES - Vitória-ES - 29010-901 - Tel.: (27) 3223-7768 / 3222-2930

Subseção São Mateus – Rua João Bento Silveiras, 214, loja 03, Centro – 29.930-020 - Tel.: (27) 3761-4249

Subseção Cachoeiro de Itapemirim –Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº 165, Sala 203 bloco B, Bairro Marbrasa –29.313-656 - Tel.: (28) 3199-0690

Subseção Colatina – Av. Getúlio Vargas, 500, Ed. Colatina Shopping, sl 108 – Centro – 29.700-010 – Tel.: (27) 3770-6750

Subseção Linhares - Av. Presidente. Getúlio Vargas, 1220, sl 406, T. A, Cond. Laguna Center, Centro, CEP: 29.901-212, Telefone: (27) 3199-1110

Site: www.coren-es.org.br - CNPJ 08.332.733/0001-35



2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item



- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,05 (cinco centavos).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno



porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19.2.5. Esgotados todos os critérios de desempate ou não sendo possível a utilização de todos por falta de regulamentação, proceder-se-á o desempate com a realização de sorteio; e, na impossibilidade de sorteio automatizado dentro do sistema gov.br, será realizado sorteio público,



cujo dia e horário será comunicado no quadro de aviso da contratação no compras.gov.br com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e seus anexos.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20.6. O licitante que deixar de se manifestar diante das comunicações do pregoeiro, mantendo-se inerte por período superior a 29 (vinte e nove minutos) poderá ter sua proposta desclassificada ou inabilitada.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Os resultados das avaliações de amostras ou vistorias realizadas serão divulgados ao licitante por meio de mensagem no chat e acessível a todos os licitantes no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com



o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-es/transparencia/licitacoes/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: e-mail: licitacao@coren-es.org.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser solicitado pelo endereço eletrônico licitacao@coren-es.org.br.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 11.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar
 - 11.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato
 - 11.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta
 - 11.11.5. ANEXO V – Mapa Comparativo de Preços

Vitória, 17 de junho de 2026.

Wilton José Patrício
Conselheiro Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 1086/2025

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de fornecimento de café e bebidas quentes por meio de máquinas automáticas de autoatendimento, para atender às necessidades do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo.

1.2. Tabela 1.1 - Item unificado.

Id.	DESCRIÇÃO	CAT SER	Qtd. Máq.	Me ses	Und. Medida	Qtde. Doses. (sob deman da/ano)	Valor Unitári o (dose)	Valor Total (estimado)
1.	Prestação de serviços de fornecimento de bebidas quentes, por meio de máquina de autoatendimento, em regime de comodato, com consumo livre, incluindo os insumos, bem como assistência técnica, o abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e limpeza.	20648	7	12	Dose	83.664	R\$2,01	R\$168.164,64
Valor Global: R\$168.164,64 (cento e sessenta e oito mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).								

1.3. Tabela 1.2 - Estimativa por localidade.

DESCRIÇÃO	CAT SER	Qtd. Máq.	Mes es	Und. Medid a	Qtde. Doses. (sob demanda/ ano)	Valor Unitário (dose)	Valor Total (estimado)
Prestação de serviços de fornecimento de bebidas quentes, por meio de máquina	20648	3	12	Dose	60.696	R\$2,01	R\$121.998,96

de autoatendimento, em regime de comodato, com consumo livre, incluindo os insumos, bem como assistência técnica, o abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e limpeza. Sede - Vitória/ES.							
Prestação de serviços de fornecimento de bebidas quentes, por meio de máquina de autoatendimento, em regime de comodato, com consumo livre, incluindo os insumos, bem como assistência técnica, o abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e limpeza. Subseção de Cachoeiro de Itapemirim.	20648	1	12	Dose	8.724	R\$2,01	R\$17.535,24
Prestação de serviços de fornecimento de bebidas quentes, por meio de máquina de autoatendimento, em regime de comodato, com consumo livre, incluindo os insumos, bem como assistência técnica, o abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e limpeza. Subseção de São Mateus.	20648	1	12	Dose	5.808	R\$2,01	R\$11.674,08
Prestação de serviços de fornecimento de bebidas quentes, por meio de máquina de autoatendimento, em regime de comodato, com consumo livre, incluindo os insumos, bem como assistência técnica, o abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e limpeza. Subseção de Colatina.	20648	1	12	Dose	4.944	R\$2,01	R\$9.937,44
Prestação de serviços de fornecimento de bebidas	20648	1	12	Dose	3.492	R\$2,01	R\$7.018,92



quentes, por meio de máquina de autoatendimento, em regime de comodato, com consumo livre, incluindo os insumos, bem como assistência técnica, o abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e limpeza. Subseção de Linhares.							
Valor Global: R\$168.164,64 (cento e sessenta e oito mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).							

- 1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. O serviço é enquadrado como continuado.
- 1.6. **O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogáveis por até 10 anos, contados da assinatura da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 1.7. Em caso de divergência entre o descritivo do CATMAT no sistema Compras.gov e o descritivo do item neste Termo de Referência, prevalecerá este último.
- 1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se no item 9 do estudo técnico preliminar anexo a este termo de referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Técnicos da Solução

- 4.1.1. A prestação dos serviços de fornecimento de café e bebidas quentes será por comodato de máquina automática com gabinete, com capacidade de 50 a 110 ml por dose,

utilizando insumos solúveis para o fornecimento de bebidas (café curto, café longo, café com leite, leite, cappuccino tradicional, chocolate quente e chá).

4.1.2. As máquinas deverão possuir capacidade para atender a demanda de funcionários do Coren-ES, levando em consideração o número de empregados, conselheiros, profissionais atendidos, visitantes e o volume de café consumido diariamente.

4.1.3. As máquinas deverão ser totalmente automatizadas em todas as fases de preparação, incluindo o fornecimento de copos e mexedores em compartimento interno, além de serem de fácil operação — com painel intuitivo e iluminado em português, fácil limpeza — e capazes de garantir a qualidade do café, permitindo ajustes de intensidade e temperatura da bebida.

4.1.4. As máquinas deverão ter configuração para o dispensador automático de copos, para aqueles que preferirem utilizar recipientes próprios.

4.1.5. As máquinas deverão operar em sistema “self-service” em todas as fases de preparação do café, com completo sistema de higiene e dispositivos automáticos que eliminem a sobra de produtos sólidos em depósitos específicos.

4.1.6. As máquinas deverão operar com sistema livre para consumo.

4.1.7. As máquinas deverão travar o fornecimento das bebidas cujos insumos estejam em falta e não deverão interferir no fornecimento das demais, que não dependem daqueles insumos.

4.1.8. Possuir sistema completo de higiene, com dispositivos automáticos que eliminem a sobra de produtos e efetuem lavagem à temperatura mínima de 97°C, evitando empedramento dos ingredientes e a criação e proliferação de microrganismos.

4.1.9. As máquinas deverão ser novas ou usadas em excelentes condições de uso, devendo vir acompanhadas do manual de uso do equipamento, bem como prestar as instruções técnicas sobre as máquinas.

4.1.10. As máquinas deverão possuir tensão de alimentação compatível com o local a ser instalado.

4.1.11. As máquinas serão entregues instaladas e em perfeito funcionamento, com instalação completa na rede hídrica no local de uso da máquina ou em até 2 metros do ponto de uso. Quando não for possível adaptação de ponto de água no local, deverá ser ofertada máquina com reservatório embutido.

4.1.12. Caso seja utilizada alimentação externa de água, o CONTRATADO deverá realizar a substituição periódica dos elementos filtrantes, preferencialmente de carvão ativado com prata, a cada três meses ou sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

4.1.13. As máquinas a serem instaladas deverão possuir no mínimo as especificações técnicas descritas na proposta de preço.

4.1.14. A CONTRATADA se obriga, durante toda a vigência do contrato, a substituir as máquinas alocadas por modelos novos sempre que apresentarem danos, avarias ou qualquer sinal de contaminação.

4.1.15. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar os equipamentos, responsabilizando-se por sua manutenção preventiva e corretiva, bem como pelo transporte, calibração, substituição, remoção e remanejamento das máquinas da sede e subseções. Deverá realizar inspeções periódicas e, sempre que solicitada, enviar técnico ao local para corrigir eventuais falhas ou defeitos, substituindo o equipamento principal por outra máquina em até 24 (vinte e quatro) horas enquanto o reparo necessário é feito. Não haverá qualquer ônus adicional por visitas ou manutenções corretivas, sendo devido apenas o valor mensal referente às bebidas consumidas, que inclui todos os insumos e manutenções. O prazo de atendimento poderá ser estendido mediante comum acordo entre a CONTRATADA e a Contratante, conforme a complexidade do reparo ou as condições logísticas para a substituição.

4.1.16. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos listados em sua proposta de preço, em forma de comodato, para o correto funcionamento das máquinas de fornecimento de bebidas quentes, incluindo peças não listadas mas necessárias para a instalação e o perfeito funcionamento do sistema, como por exemplo, filtro de linha.

4.1.17. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva no mínimo 01 (uma) vez ao mês, executando os devidos testes, lubrificações, regulagens, ajustes e reparos necessários para o bom funcionamento das máquinas, responsabilizando-se pela adequada limpeza de quaisquer resíduos decorrentes desses serviços. Após finalização deverá entregar ao Fiscal do contrato o relatório de manutenção constando as ações executadas.

4.1.18. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, um cronograma de manutenção preventiva das máquinas, que será submetido à aprovação da CONTRATANTE, garantindo sua plena execução. Os serviços deverão ser realizados por mão de obra qualificada, assegurando precisão, agilidade e o fornecimento de todas as informações técnicas eventualmente solicitadas.

4.1.19. Durante a visita preventiva deverá ser feita a verificação de todo o sistema das máquinas bem como verificação da limpeza das mesmas.

4.1.20. A CONTRATADA deverá, após a instalação e/ou remanejamento, manter a qualquer momento em perfeitas condições de limpeza, as instalações do Contratante.

4.1.21. Na ocorrência de problemas eletromecânicos, como: substituição de peças, impossibilidade de funcionamento de equipamento, a Contratante solicitará à Contratada o correspondente conserto por telefone, correio eletrônico ou outro meio idôneo de comunicação, caso essa ainda não o tenha providenciado.

4.1.22. A CONTRATADA deverá atender ao chamado técnico em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, mediante envio de profissional devidamente identificado.

4.1.23. Caso seja necessário o REMANEJAMENTO de equipamentos para o atendimento dos serviços contratados, será feita a desinstalação das máquinas e sua reinstalação em

outro ponto da sede e subseções do Coren-ES, sem que isso implique em nenhum custo adicional ao Contratante.

4.1.24. Em caso de reformas ou mudança de endereço durante a vigência do Contrato, a desinstalação e a posterior reinstalação das máquinas serão realizadas sem qualquer custo para a CONTRATADA.

4.1.25. Todos os insumos a serem utilizados deverão ser vistoriados, conferidos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, que somente aceitará aqueles que se encontrem de acordo com as especificações estabelecidas na contratação.

4.1.26. Deverá ser emitido, mensalmente, relatório de contagem das doses, contendo o quantitativo consumido e o excedente, o qual deverá ser acompanhado pelo fiscal do contrato e apresentado juntamente com a Nota Fiscal. Além disso, o técnico da CONTRATADA, responsável pela manutenção e higienização das máquinas, deverá registrar, em formulário específico, todas as doses não utilizadas, indicando o equipamento, a data, as bebidas e demais informações pertinentes.

4.1.27. Não serão computadas, para fins de faturamento, as quantidades utilizadas por ocasião de procedimentos de testes, medições, manutenção ou de higienização das máquinas, bem como doses não completadas.

4.1.28. A CONTRATADA deverá fornecer a quantidade de insumos suficientes com base no relatório de contagem das doses consumidas;

4.1.29. O fornecimento dos insumos deverá ocorrer, no mínimo, mensalmente, nos locais onde os serviços forem executados;

4.1.30. A empresa vencedora deverá providenciar a entrega e a instalação em pleno e perfeito funcionamento dos equipamentos descritos em sua proposta de preço, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do competente Contrato.

4.1.31. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na proposta, às custas da CONTRATADA.

4.1.32. Consideram-se como doses não completadas aquelas decorrentes de falta do produto, ausência do copo ou de ingredientes, diluição inadequada, fornecimento em quantidade inferior à estipulada (em ml ou gramas), entre outras situações semelhantes.

4.1.33. Para fins de pagamento, o relatório detalhado do consumo de doses de todas as bebidas quentes, discriminado por tipo de bebida e por máquina, será emitido mensalmente. A leitura deverá ser realizada no primeiro dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, por representante da CONTRATADA, com acompanhamento do Fiscal do Contrato.

4.1.34. A CONTRATANTE terá 03 (dias) úteis para analisar os relatórios e liberar a emissão da fatura mensal.

4.1.35. Serão consideradas as doses efetivamente consumidas no período de 30 (trinta) dias corridos, mediante leitura do contador dos equipamentos, desde que tenham sido verificadas as condições estabelecidas para a sua aceitação na medição definida.

4.1.36. As doses que excederem a franquia de consumo estabelecida serão consideradas excedentes e deverão possuir valor unitário equivalente à franquia principal.

4.1.37. As quantidades estimadas têm caráter meramente previsional, não obrigando o Coren-ES à sua efetivação nem conferindo à empresa vencedora do lote o direito de pleitear qualquer tipo de indenização.

Custos

4.2. Os valores propostos devem incluir **todos os custos operacionais, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários**, e quaisquer outros custos diretos ou indiretos relacionados à prestação dos serviços.

Sustentabilidade

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, no que couber, os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na IN SLTI/MP nº 01/2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratações de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.5. Além do apontado acima, devem ser observadas pela Contratada outras práticas sociais, devendo comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

4.6. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04 de 11/05/2016;

4.7. Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do art. 149 do Código Penal Brasileiro, do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e 105.

Subcontratação

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 4.11. A contratada será integralmente responsável por todos os ônus decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, fiscais e comerciais, relacionados aos profissionais envolvidos na execução do objeto contratado, inclusive em casos de vínculo informal ou eventual terceirização, não cabendo qualquer responsabilidade à Administração por tais encargos.

Vistoria

- 4.12. Não há necessidade de vistoria, considerando que a prestação dos serviços acontecerá de forma remota.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.2. Início da execução do objeto: 01 dia após assinatura do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.3. **Sede:** Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, 10º e 11º andar – Ed. AMES – Centro – Vitória/ES – 29010-901;
- 5.4. **Subseção São Mateus:** Rua João Bento Silveiras, 214, loja 03 – Centro – 29.930-020;
- 5.5. **Subseção Cachoeiro de Itapemirim:** Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº165, Sala 203 bloco B, Bairro Marbrasa, CEP:29313-656;
- 5.6. **Subseção Colatina:** Avenida Getúlio Vargas, 500, Ed. Colatina Shopping, sala 108 – Centro – 29.700-010;
- 5.7. **Subseção Linhares:** Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1220, sala 406, T. A., Condomínio Laguna Center – Centro – 29.901-212.
- 5.8. A localização das máquinas poderá ser alterada de acordo com as necessidades e a conveniência do CONTRATANTE, sendo responsabilidade da CONTRATADA o remanejamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação,

correndo por sua conta todos os custos e despesas decorrentes.

5.9. A instalação dos equipamentos, bem como os testes de funcionamento, deverá ser realizada pela CONTRATADA em dias úteis, em horário a ser definido pelo CONTRATANTE, conforme funcionamento das unidades.

Obrigações Principais da Contratada

- 5.10. Fornecer todas as máquinas e insumos conforme exigido no ETP.
- 5.11. Executar os serviços contratados, não sendo aceita a transferência para terceiros ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE.
- 5.12. Realizar limpeza, considerando a legislação da vigilância sanitária, e manutenção/reposição de insumos nas máquinas, deixando-as em perfeito funcionamento e higienização.
- 5.13. Realizar a substituição do elemento filtrante, apresentar ao Fiscal do contrato o relatório e manter etiqueta visível com a data da realização.
- 5.14. Efetuar a desinsetização periódica das máquinas trimestralmente e apresentar ao Fiscal do contrato o relatório do serviço constando as ações executadas.
- 5.15. Efetuar procedimentos de higienização dos recipientes e embalagens de insumos antes do abastecimento.
- 5.16. Observar as melhores práticas de sustentabilidade ambiental nos procedimentos de limpeza, como economia de água e insumos, assim como a correta separação dos resíduos recicláveis.
- 5.17. Fornecer todos os insumos necessários à preparação das bebidas quentes.
- 5.18. Assegurar a reposição dos produtos, mantendo as máquinas sempre abastecidas com a quantidade de produtos suficientes.
- 5.19. Providenciar carrinho próprio, em perfeito estado de uso e boa aparência para o transporte de insumos durante o abastecimento.
- 5.20. Armazenar as sobras de insumos em recipiente apropriado e identificado com o nome do produto, data da retirada da embalagem original e prazo de validade após a abertura, evitando qualquer tipo de contaminação do meio externo.
- 5.21. Realizar a lavagem de qualquer peça dos equipamentos em local adequado indicado pela CONTRATANTE.
- 5.22. Responsabilizar-se pela qualidade, validade e integridade das bebidas e produtos fornecidos, devendo apresentar as datas de fabricação e validade dos insumos/materiais utilizados.

- 5.23. Fornecer produtos de limpeza e higienização apropriados, ferramentas, instrumentos, peças de reparo e reposição e outras necessidades para a boa execução do serviço, sem custo adicional.
- 5.24. Refazer, sem custo adicional, todo e qualquer serviço não aprovado pela CONTRATANTE.
- 5.25. Encarregar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, quando da prestação dos serviços, arcando com todas as despesas decorrentes.
- 5.26. Comunicar, por escrito, ao Fiscal do contrato qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 5.27. Garantir que as máquinas e demais equipamentos elétricos estejam devidamente equipados com sistema de proteção adequado ao seu funcionamento, de modo a evitar quaisquer danos à rede de energia do CONTRATANTE, sob pena de responsabilização.
- 5.28. Manter identificado todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade.
- 5.29. Responsabilizar-se pela conservação técnica, mecânica e operacional das máquinas instaladas nas dependências do CONTRATANTE, de modo a mantê-las em plena capacidade produtiva, substituindo quaisquer peças ou componentes que se tornarem necessários, sem ônus adicional.
- 5.30. Apresentar ao Fiscal do contrato a relação de funcionários que terão autorização para realização dos serviços nas dependências da CONTRATANTE.
- 5.31. Providenciar treinamentos e instruções aos seus funcionários quanto à qualidade do atendimento, à prevenção de acidentes e incêndios, assim como prover e garantir o uso de EPI/EPC e boas práticas na manipulação de alimentos.
- 5.32. Os funcionários não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos os encargos, obrigações sociais, trabalhistas e fiscais, acidente de trabalho ou qualquer encargo previsto em lei.
- 5.33. Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados por crachás durante a execução dos serviços nas dependências do CONTRATANTE, substituindo de imediato qualquer colaborador cujas condutas sejam consideradas inadequadas. Os funcionários deverão manter os cabelos presos e cobertos por toucas ou similares, bem como manter as unhas limpas e aparadas. Durante a manipulação ou reposição de alimentos e insumos, é obrigatório o uso de luvas, toucas e máscaras.
- 5.34. Retirar as máquinas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o encerramento contratual, deixando o local nas mesmas condições iniciais.
- 5.35. Não será permitida a aplicação de qualquer tipo de propaganda nas máquinas ou nas dependências do CONTRATANTE.

- 5.36. Realizar treinamento/orientação aos usuários da CONTRATANTE quanto à utilização dos equipamentos.
- 5.37. Informar ao CONTRATANTE, por escrito, condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.
- 5.38. Poderá proceder com a atualização tecnológica dos equipamentos de comum acordo com a CONTRATANTE.
- 5.39. Dispor de instrumento de medição de massa (balança de precisão) para calibração dos insumos e copo medidor para avaliação da quantidade de ml por dose. O Fiscal do contrato poderá a qualquer momento solicitar a pesagem dos produtos e medição da quantidade de ml por dose, ofertados nas máquinas para fins de acompanhamento.
- 5.40. Manter canal de atendimento direto entre o usuário final e a CONTRATADA para tratar de ocorrências envolvendo bebidas ou produtos pagos, abrangendo casos de insumos violados, inadequações de qualidade e solicitações de ressarcimento.
- 5.41. Substituir, em um período de 30 (trinta) dias corridos, os equipamentos que tenham motivado mais de 3 (três) chamados para assistência técnica, referentes a um mesmo problema, ou mais de 05 (cinco) chamados referentes a problemas distintos.

Obrigações da contratante:

- 5.42. Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos materiais por servidor especialmente designado pelo Coren-ES, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.43. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.
- 5.44. Notificar à licitante vencedora, por escrito, ocorrências de eventuais imperfeições nos materiais entregues, fixando prazo para sua correção.
- 5.45. Realizar manutenções prediais que forem necessárias para a utilização dos objetos de contratação.
- 5.46. Responsabilizar-se, pelo termo de aceite do objeto efetivamente entregue e/ou realizado, ou recusá-los, motivada e fundamentadamente.

Dos Insumos:

- 5.47. Todas as despesas relacionadas aos insumos utilizados para o abastecimento das máquinas serão de responsabilidade da CONTRATADA, exceto a água e energia elétrica.
- 5.48. A qualidade, validade e a integridade dos produtos fornecidos e utilizados serão de total responsabilidade da CONTRATADA, devendo apresentar as datas de fabricação e validade dos insumos e materiais utilizados, bem como sua procedência, cabendo à CONTRATANTE a inspeção na entrega.

- 5.49. Os insumos deverão estar devidamente adequados às normas de vigilância sanitária vigente, devendo possuir registro nos órgãos de controle competentes.
- 5.50. A CONTRATADA submeterá, para fins de aprovação pela fiscalização da CONTRATANTE, a cada entrega, amostras dos insumos a serem utilizados para a preparação das bebidas quentes, não empregando aqueles desaprovados, sob pena de glosa em fatura, entre outras medidas cabíveis, inclusive às penalidades.
- 5.51. Os insumos deverão ser de marcas de qualidade comprovada e, diante de recusa, a CONTRATADA deverá substituir a marca ou lote, a critério da CONTRATANTE, devendo ser repostos num prazo máximo de até 3 (três) dias após a comunicação da irregularidade. Devem constar a marca, data de fabricação, validade e procedência de todos os produtos a serem utilizados, os quais, devem atender, no que couber, à Resolução nº 277, de 22/09/2005, da ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como na IN nº08, de 11 de julho de 2013, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e, em especial quanto ao café, possuir o selo da ABIC.
- 5.52. Características a serem consideradas:
- 5.53. Açúcar refinado de qualidade superior;
- 5.54. Café com Categoria de Qualidade Superior deve apresentar aroma e sabor característico do produto, podendo ser suave ou Intenso e obter em análise sensorial da bebida, Nota de Qualidade Global na faixa de 6,0 a 7,2 pontos, realizada por equipe selecionada e treinada, em laboratórios credenciados, fazendo uso da escala de 0 a 10 para Qualidade Global;
- 5.55. A marca do café deve possuir Certificado no PQC – Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza;
- 5.56. Chocolate em pó com a seguinte composição mínima por porção de 20g:

Composição	Valores	
	Mínimo	Máximo
Valor calórico	74 Kcal	83 Kcal
Carboidratos	16g	20g



Proteínas	0,4g	0,8g
Gorduras totais	0	0,6g
Gorduras saturadas	0	0,2g
Gorduras trans	0	0
Sódio	20mg	29mg
Fibra alimentar	0	1g

5.57. Leite em pó desnatado com a seguinte composição mínima por porção de 20g:

Composição	Valores	
	Mínimo	Máximo
Valor calórico	68 Kcal	71 Kcal
Carboidratos	9,0g	12g
Proteínas	6,6g	7,0g
Gorduras totais	0	0
Gorduras saturadas	0	0
Gorduras trans	0	0
Sódio	85mg	120mg

Cálcio	300mg	400mg
Vitamina A	120mg RE	180mg RE
Vitamina D	0,75mcg	1,5mcg
Proteínas	0	0
Gorduras Totais	0	0
Sódio	0,53mg	0,81mg

Chá a critério da CONTRATANTE.

5.58. Para a preparação das doses, serão consideradas as seguintes quantidades mínimas:

5.58.1. Café expresso: 7g de café;

5.58.2. Café expresso longo: 7g de café;

5.58.3. Leite: 20g de leite;

5.58.4. Café com leite: 7g de café, 15g de leite;

5.58.5. Cappuccino: 7g de café e 7g de leite;

5.58.6. Cappuccino com chocolate: 7g de café, 7g de chocolate e 7g de leite;

5.58.7. Chocolate: 20g de chocolate;

5.58.8. Chá: 11g de chá.

5.58.9. Copo descartável: Capacidade de 150 ml, de boa resistência e qualidade, de material apropriado para o uso ao qual se destina, devendo ser compatível com o equipamento e atender, no mínimo, as especificações da NBR/ABNT 14.865/2002, devendo preferencialmente, de acordo com a possibilidade de compatibilidade ao equipamento utilizado, atender a NBR/ABNT 15.448 -1 e 2/2008 (utilizar copos preferencialmente confeccionados de materiais alternativos aos copos descartáveis).

5.58.10. Misturador descartável de qualidade comprovada de material apropriado para o uso ao qual se destina, compatível com o equipamento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.59. O prazo de garantia é aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.60. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.61. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8. Havendo a designação de um único fiscal, esse acumulará as atividades relativas à fiscalização técnica e administrativa.

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.24. Em nenhuma hipótese serão pagos os serviços não utilizados.

Do recebimento

- 6.25. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05(cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.26. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 6.27. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

- 6.28. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.29. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 6.30. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.30.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 6.30.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6.30.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 6.30.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 6.30.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.31. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 6.32. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 6.32.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.32.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.32.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.32.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.32.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.33. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.34. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.35. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.36. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.37. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.38. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.38.1. o prazo de validade;

6.38.2. a data da emissão;

- 6.38.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.38.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.38.5. o valor a pagar; e
- 6.38.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.39. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 6.40. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.41. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 6.42. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.43. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.44. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.45. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 6.46. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

- 6.47. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 6.48. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.49. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.49.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.50. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 6.51. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.52. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.53. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.54. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

- 6.55. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 6.56. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 6.57. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder

Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

- 6.58. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 6.59. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 6.60. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.1.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.1.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.1.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.1.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.1.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.1.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.1.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.1.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.1.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.1.12. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.1.13. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.1.13.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.1.13.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.1.13.3. as peculiaridades do caso concreto;

7.1.13.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.1.13.5. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.1.13.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.1.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.1.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.1.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.1.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.1.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.19. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO **GLOBAL**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

Forma de fornecimento

8.3. Prestação de serviço continuado.

Exigências de habilitação

- 8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.6. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.12. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.15. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.16. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.17. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.18. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.19. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.20. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.21. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.22. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.27. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.29. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.30. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.31. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.32. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.33. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

- 8.34. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.35. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- 8.36. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

Qualificação Técnica

- 8.37. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 8.38. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.39. O custo estimado total da contratação é de R\$168.164,64 (cento e sessenta e oito mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.40. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste órgão.

8.40.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 6.2.2.1.1.01.33.90.030.006 - Gêneros Alimentícios.

9. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Breno Birschener Gonzaga - Setor de Compras

De Acordo:

Mariane Dantas de Barros

Julia Pires da Luz Santos

Juliana Harckbart Costa

Matrícula Coren-ES nº 441

Matrícula Coren-ES nº 486

Matrícula Coren-ES nº 163

20 de março de 2026, Vitória-ES.

Aprovo o presente documento, e autorizo a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de fornecimento de café e bebidas quentes por meio de máquinas automáticas de autoatendimento, para atender as necessidades do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

Wilton José Patrício - Conselheiro Presidente



ANEXO II

ESTUDOS PRELIMINARES - COMPLETO	
1. Dados do processo:	
Unidade funcional responsável pela contratação:	DGEP
Objeto:	Contratação de serviços continuados de fornecimento de café e bebidas quentes por meio de máquinas automáticas de autoatendimento
Nº do processo:	1086/2025
2. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:	
<ul style="list-style-type: none">• Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores (Lei de Licitações);• IN nº 65/2021, que regulamenta procedimentos de pesquisa de preços;• Nos casos omissos, toda Legislação Federal pertinente.	
3. Descrição da necessidade da contratação:	
<ul style="list-style-type: none">• Atualmente, o café oferecido pelo Coren-ES é preparado em uma cafeteira elétrica industrial com capacidade aproximada de quatro litros. Uma funcionária é responsável pelo preparo nos turnos da manhã e da tarde, realizando a distribuição em garrafas térmicas para os setores do Conselho. Todavia, a vedação insuficiente dessas garrafas provoca perda acelerada de temperatura, tornando a bebida desagradável para o consumo e resultando em desperdício recorrente.• A aquisição dos insumos é feita por meio de licitação. No ano de 2025, foram comprados 400 pacotes de café de 500g, totalizando uma contratação de R\$ 11.200,00. De acordo com o setor de Compras, os custos do insumo sofrem variações constantes no mercado, ocasionando reajustes frequentes a cada contratação. A funcionária responsável pelo preparo do café relatou que são utilizados, em média, 500g de pó de café por dia, para produção de aproximadamente 15 litros de bebida, podendo chegar a 700g em dias com reuniões institucionais. O café é distribuído em sete garrafas térmicas nos dois andares da sede, sendo consumido por servidores, estagiários, conselheiros, colaboradores e visitantes durante os turnos de funcionamento.• Considerando a importância de promover um ambiente institucional acolhedor, que valorize sobretudo os profissionais de enfermagem — reconhecendo seu esforço, dedicação e a relevância de sua atuação —, e observando que muitos comparecem ao Coren-ES logo após longos e exaustivos plantões, torna-se necessário oferecer um serviço de fornecimento de bebidas quentes que una conforto, praticidade e qualidade.• A adoção de máquinas automáticas de autoatendimento, fornecidas em regime de comodato,	



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

apresenta-se como a solução mais adequada às necessidades da instituição, contemplando instalação, fornecimento contínuo de insumos, manutenção preventiva e corretiva, limpeza e suporte técnico. A contratação abrangerá tanto a sede quanto as subseções do Conselho, assegurando que profissionais de enfermagem, empregados, conselheiros, colaboradores e visitantes tenham acesso a um serviço padronizado e de qualidade, promovendo eficiência no atendimento cotidiano.

- A implementação do sistema automatizado eliminará a necessidade de compras recorrentes e de estocagem de insumos alimentícios, reduzindo a quantidade de processos de aquisição e otimizando o espaço físico. Também garantirá maior higiene no preparo das bebidas, com redução da manipulação direta de insumos e água quente, minimizando riscos de contaminação e desperdício, além de reduzir significativamente o tempo de preparo.
- O objeto desta contratação é caracterizado como comum, em razão de que os padrões de desempenho e qualidade dos mesmos, podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- Ressalta-se, por fim, a necessidade de execução prévia do PAD de manutenção predial nº 382/2025, destinado à adequação das instalações elétricas e hidráulicas dos pontos onde os equipamentos serão instalados, de modo a garantir o funcionamento pleno e seguro do sistema.

4. Referência ao Planejamento institucional do Coren-ES:

4.1. Não há previsão orçamentária para a contratação no ano de 2025.

5. Descrição dos requisitos da contratação:

- Os requisitos para contratação de prestação do serviço de fornecimento de café e bebidas quentes, por meio de máquinas de autoatendimento, abrangem o seguinte:
- A prestação dos serviços de fornecimento de café e bebidas quentes será por comodato de máquina automática com gabinete, com capacidade de 50 a 110 ml por dose, utilizando insumos solúveis para o fornecimento de bebidas (café curto, café longo, café com leite, leite, cappuccino tradicional, chocolate quente e chá).
- As máquinas deverão possuir capacidade para atender a demanda de funcionários do Coren-ES, levando em consideração o número de empregados, conselheiros, profissionais atendidos, visitantes e o volume de café consumido diariamente.
- As máquinas deverão ser totalmente automatizadas em todas as fases de preparação, incluindo o fornecimento de copos e mexedores em compartimento interno, além de serem de fácil operação — com painel intuitivo e iluminado em português, fácil limpeza — e capazes de garantir a qualidade do café, permitindo ajustes de intensidade e temperatura da bebida.
- As máquinas deverão ter configuração para o dispensador automático de copos, para aqueles que preferirem utilizar recipientes próprios.



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

- As máquinas deverão operar em sistema “self-service” em todas as fases de preparação do café, com completo sistema de higiene e dispositivos automáticos que eliminem a sobra de produtos sólidos em depósitos específicos.
- As máquinas deverão operar com sistema livre para consumo.
- As máquinas deverão travar o fornecimento das bebidas cujos insumos estejam em falta e não deverão interferir no fornecimento das demais, que não dependem daqueles insumos.
- Possuir sistema completo de higiene, com dispositivos automáticos que eliminem a sobra de produtos e efetuem lavagem à temperatura mínima de 97°C, evitando empedramento dos ingredientes e a criação e proliferação de microrganismos.
- As máquinas deverão ser novas ou usadas em excelentes condições de uso, devendo vir acompanhadas do manual de uso do equipamento, bem como prestar as instruções técnicas sobre as máquinas.
- As máquinas deverão possuir tensão de alimentação compatível com o local a ser instalado.
- As máquinas serão entregues instaladas e em perfeito funcionamento, com instalação completa na rede hídrica no local de uso da máquina ou em até 2 metros do ponto de uso. Quando não for possível adaptação de ponto de água no local, deverá ser ofertada máquina com reservatório embutido.
- Caso seja utilizada alimentação externa de água, o CONTRATADO deverá realizar a substituição periódica dos elementos filtrantes, preferencialmente de carvão ativado com prata, a cada três meses ou sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.
- As máquinas a serem instaladas deverão possuir no mínimo as especificações técnicas descritas na proposta de preço.
- As máquinas instaladas deverão possuir capacidade individual (autonomia) para a produção das doses mínimas diárias de bebidas quentes, sem interrupção para reposição de insumos, conforme quantidades previstas na tabela a seguir.

Local	Consumo mínimo diário por máquina
Vitória (sede)	115
Cachoeiro de Itapemirim	34
Colatina	19
Linhares	14
São Mateus	22



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

- A CONTRATADA se obriga, durante toda a vigência do contrato, a substituir as máquinas alocadas por modelos novos sempre que apresentarem danos, avarias ou qualquer sinal de contaminação.
- A CONTRATADA deverá fornecer e instalar os equipamentos, responsabilizando-se por sua manutenção preventiva e corretiva, bem como pelo transporte, calibração, substituição, remoção e remanejamento das máquinas da sede e subseções. Deverá realizar inspeções periódicas e, sempre que solicitada, enviar técnico ao local para corrigir eventuais falhas ou defeitos, substituindo o equipamento principal por outra máquina em até 24 (vinte e quatro) horas enquanto o reparo necessário é feito. Não haverá qualquer ônus adicional por visitas ou manutenções corretivas, sendo devido apenas o valor mensal referente às bebidas consumidas, que inclui todos os insumos e manutenções. O prazo de atendimento poderá ser estendido mediante comum acordo entre a CONTRATADA e a Contratante, conforme a complexidade do reparo ou as condições logísticas para a substituição.
- A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos listados em sua proposta de preço, em forma de comodato, para o correto funcionamento das máquinas de fornecimento de bebidas quentes, incluindo peças não listadas mas necessárias para a instalação e o perfeito funcionamento do sistema, como por exemplo, filtro de linha.
- A CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva no mínimo 01 (uma) vez ao mês, executando os devidos testes, lubrificações, regulagens, ajustes e reparos necessários para o bom funcionamento das máquinas, responsabilizando-se pela adequada limpeza de quaisquer resíduos decorrentes desses serviços. Após finalização deverá entregar ao Fiscal do contrato o relatório de manutenção constando as ações executadas.
- A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, um cronograma de manutenção preventiva das máquinas, que será submetido à aprovação da CONTRATANTE, garantindo sua plena execução. Os serviços deverão ser realizados por mão de obra qualificada, assegurando precisão, agilidade e o fornecimento de todas as informações técnicas eventualmente solicitadas.
- Durante a visita preventiva deverá ser feita a verificação de todo o sistema das máquinas bem como verificação da limpeza das mesmas.
- A CONTRATADA deverá, após a instalação e/ou remanejamento, manter a qualquer momento em perfeitas condições de limpeza, as instalações do Contratante.
- Na ocorrência de problemas eletromecânicos, como: substituição de peças, impossibilidade de funcionamento de equipamento, a Contratante solicitará à Contratada o correspondente conserto por telefone, correio eletrônico ou outro meio idôneo de comunicação, caso essa ainda não o tenha providenciado.
- A CONTRATADA deverá atender ao chamado técnico em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, mediante envio de profissional devidamente identificado.
- Caso seja necessário o REMANEJAMENTO de equipamentos para o atendimento dos serviços contratados, será feita a desinstalação das máquinas e sua reinstalação em outro ponto da sede e subseções do Coren-ES, sem que isso implique em nenhum custo adicional ao Contratante.



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

- Em caso de reformas ou mudança de endereço durante a vigência do Contrato, a desinstalação e a posterior reinstalação das máquinas serão realizadas sem qualquer custo para a CONTRATADA.
- Todos os insumos a serem utilizados deverão ser vistoriados, conferidos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, que somente aceitará aqueles que se encontrem de acordo com as especificações estabelecidas na contratação.
- Deverá ser emitido, mensalmente, relatório de contagem das doses, contendo o quantitativo consumido e o excedente, o qual deverá ser acompanhado pelo fiscal do contrato e apresentado juntamente com a Nota Fiscal. Além disso, o técnico da CONTRATADA, responsável pela manutenção e higienização das máquinas, deverá registrar, em formulário específico, todas as doses não utilizadas, indicando o equipamento, a data, as bebidas e demais informações pertinentes.
- Não serão computadas, para fins de faturamento, as quantidades utilizadas por ocasião de procedimentos de testes, medições, manutenção ou de higienização das máquinas, bem como doses não completadas.
- A CONTRATADA deverá fornecer a quantidade de insumos suficientes com base no relatório de contagem das doses consumidas;
- O fornecimento dos insumos deverá ocorrer, no mínimo, mensalmente, nos locais onde os serviços forem executados;
- A empresa vencedora deverá providenciar a entrega e a instalação em pleno e perfeito funcionamento dos equipamentos descritos em sua proposta de preço, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do competente Contrato.
- Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo
 - com as especificações constantes no Edital e na proposta, às custas da CONTRATADA.
- Consideram-se como doses não completadas aquelas decorrentes de falta do produto, ausência do copo ou de ingredientes, diluição inadequada, fornecimento em quantidade inferior à estipulada (em ml ou gramas), entre outras situações semelhantes.
- Para fins de pagamento, o relatório detalhado do consumo de doses de todas as bebidas quentes, discriminado por tipo de bebida e por máquina, será emitido mensalmente. A leitura deverá ser realizada no primeiro dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, por representante da CONTRATADA, com acompanhamento do Fiscal do Contrato.
- A CONTRATANTE terá 03 (dias) úteis para analisar os relatórios e liberar a emissão da fatura mensal.
- Para efeito de cálculo de franquia mínima de consumo, serão consideradas as doses efetivamente consumidas no período de 30 (trinta) dias corridos, mediante leitura do contador dos equipamentos, desde que tenham sido verificadas as condições estabelecidas para a sua aceitação na medição definida.
 -
- **Dos locais de prestação dos serviços:**
 -



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

- **Sede:** Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, 10º e 11º andar – Ed. AMES – Centro – Vitória/ES – 29010-901;
- **Subseção São Mateus:** Rua João Bento Silveiras, 214, loja 03 – Centro – 29.930-020;
- **Subseção Cachoeiro de Itapemirim:** Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº165,
 - Sala 203 bloco B, Bairro Marbrasa, CEP:29313-656;
- **Subseção Colatina:** Avenida Getúlio Vargas, 500, Ed. Colatina Shopping, sala 108 –
 - Centro – 29.700-010;
- **Subseção Linhares:** Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1220, sala 406, T. A.,
 - Condomínio Laguna Center – Centro – 29.901-212.
- A localização das máquinas poderá ser alterada de acordo com as necessidades
 - e a conveniência do CONTRATANTE, sendo responsabilidade da CONTRATADA o
 - remanejamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação,
 - correndo por sua conta todos os custos e despesas decorrentes.
- A instalação dos equipamentos, bem como os testes de funcionamento, deverá ser
 - realizada pela CONTRATADA em dias úteis, em horário a ser definido pelo
 - CONTRATANTE, conforme funcionamento das unidades.
-
- **Obrigações da contratante:**
 - Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos materiais por servidor especialmente designado pelo Coren-ES, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.
 - Notificar à licitante vencedora, por escrito, ocorrências de eventuais imperfeições nos materiais entregues, fixando prazo para sua correção.
 - Realizar manutenções prediais que forem necessárias para a utilização dos objetos de contratação.
 - Responsabilizar-se, pelo termo de aceite do objeto efetivamente entregue e/ou realizado, ou recusá-los, motivada e fundamentadamente.
-
- **Obrigações da contratada:**
 - Fornecer todas as máquinas e insumos conforme exigido no ETP.
 - Executar os serviços contratados, não sendo aceita a transferência para terceiros ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE.
 - Realizar limpeza, considerando a legislação da vigilância sanitária, e manutenção/ reposição de insumos nas máquinas, deixando-as em perfeito funcionamento e higienização.
 - Realizar a substituição do elemento filtrante, apresentar ao Fiscal do contrato o relatório e manter etiqueta visível com a data da realização.
 - Efetuar a desinsetização periódica das máquinas trimestralmente e apresentar ao Fiscal do contrato o relatório do serviço constando as ações executadas.
 - Efetuar procedimentos de higienização dos recipientes e embalagens de insumos antes do abastecimento.



Coren^{ES}

Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

- Observar as melhores práticas de sustentabilidade ambiental nos procedimentos de limpeza, como economia de água e insumos, assim como a correta separação dos resíduos recicláveis.
- Fornecer todos os insumos necessários à preparação das bebidas quentes.
- Assegurar a reposição dos produtos, mantendo as máquinas sempre abastecidas com a quantidade de produtos suficientes.
- Providenciar carrinho próprio, em perfeito estado de uso e boa aparência para o transporte de insumos durante o abastecimento.
- Armazenar as sobras de insumos em recipiente apropriado e identificado com o nome do produto, data da retirada da embalagem original e prazo de validade após a abertura, evitando qualquer tipo de contaminação do meio externo.
- Realizar a lavagem de qualquer peça dos equipamentos em local adequado indicado pela CONTRATANTE.
- Responsabilizar-se pela qualidade, validade e integridade das bebidas e produtos fornecidos, devendo apresentar as datas de fabricação e validade dos insumos/materiais utilizados.
- Fornecer produtos de limpeza e higienização apropriados, ferramentas, instrumentos, peças de reparo e reposição e outras necessidades para a boa execução do serviço, sem custo adicional.
- Refazer, sem custo adicional, todo e qualquer serviço não aprovado pela CONTRATANTE.
- Encarregar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, quando da prestação dos serviços, arcando com todas as despesas decorrentes.
- Comunicar, por escrito, ao Fiscal do contrato qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- Garantir que as máquinas e demais equipamentos elétricos estejam devidamente equipados com sistema de proteção adequado ao seu funcionamento, de modo a evitar quaisquer danos à rede de energia do CONTRATANTE, sob pena de responsabilização.
- Manter identificado todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade.
- Responsabilizar-se pela conservação técnica, mecânica e operacional das máquinas instaladas nas dependências do CONTRATANTE, de modo a mantê-las em plena capacidade produtiva, substituindo quaisquer peças ou componentes que se tornarem necessários, sem ônus adicional.
- Apresentar ao Fiscal do contrato a relação de funcionários que terão autorização para realização dos serviços nas dependências da CONTRATANTE.
- Providenciar treinamentos e instruções aos seus funcionários quanto à qualidade do atendimento, à prevenção de acidentes e incêndios, assim como prover e garantir o uso de EPI/EPC e boas práticas na manipulação de alimentos.
- Os funcionários não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos os encargos, obrigações sociais, trabalhistas e fiscais, acidente de trabalho ou qualquer encargo previsto em lei.
- Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados por crachás durante a execução dos serviços nas dependências do CONTRATANTE, substituindo de imediato



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

qualquer colaborador cujas condutas sejam consideradas inadequadas. Os funcionários deverão manter os cabelos presos e cobertos por toucas ou similares, bem como manter as unhas limpas e aparadas. Durante a manipulação ou reposição de alimentos e insumos, é obrigatório o uso de luvas, toucas e máscaras.

- Retirar as máquinas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o encerramento contratual, deixando o local nas mesmas condições iniciais.
- Não será permitida a aplicação de qualquer tipo de propaganda nas máquinas ou nas dependências do CONTRATANTE.
- Realizar treinamento/orientação aos usuários da CONTRATANTE quanto à utilização dos equipamentos.
- Informar ao CONTRATANTE, por escrito, condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.
- Poderá proceder com a atualização tecnológica dos equipamentos de comum acordo com a CONTRATANTE.
- Dispor de instrumento de medição de massa (balança de precisão) para calibração dos insumos e copo medidor para avaliação da quantidade de ml por dose. O Fiscal do contrato poderá a qualquer momento solicitar a pesagem dos produtos e medição da quantidade de ml por dose, ofertados nas máquinas para fins de acompanhamento.
- Manter canal de atendimento direto entre o usuário final e a CONTRATADA para tratar de ocorrências envolvendo bebidas ou produtos pagos, abrangendo casos de insumos violados, inadequações de qualidade e solicitações de ressarcimento.
- Substituir, em um período de 30 (trinta) dias corridos, os equipamentos que tenham motivado mais de 3 (três) chamados para assistência técnica, referentes a um mesmo problema, ou mais de 05 (cinco) chamados referentes a problemas distintos.
-
- **Sanções administrativas (penalidades):**
- Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada ampla defesa ficará a Contratada sujeita às seguintes penalidades:
- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo período de até 5 (cinco) anos (art. 7º da Lei n.º 10.520/02);
- Declaração de Inidoneidade;
- Conforme a gravidade das faltas cometidas pela Contratada, a Contratante, poderá aplicar as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia na forma da lei;
- A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do bem fornecido;
- As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas:



- À Contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- As penalidades de advertência, suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade serão aplicadas pela autoridade competente da Contratante, respectivamente, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da Contratada, e serão lançadas no SICAF.
- A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade implica na inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionarem-se com a Administração Pública Federal e demais órgãos, empresas ou entidades integrantes do SICAF.
- A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a Contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.
-
- **Dos insumos:**
- Todas as despesas relacionadas aos insumos utilizados para o abastecimento das máquinas serão de responsabilidade da CONTRATADA, exceto a água e energia elétrica.
- A qualidade, validade e a integridade dos produtos fornecidos e utilizados serão de total responsabilidade da CONTRATADA, devendo apresentar as datas de fabricação e validade dos insumos e materiais utilizados, bem como sua procedência, cabendo à CONTRATANTE a inspeção na entrega.
- Os insumos deverão estar devidamente adequados às normas de vigilância sanitária vigente, devendo possuir registro nos órgãos de controle competentes.
- A CONTRATADA submeterá, para fins de aprovação pela fiscalização da CONTRATANTE, a cada entrega, amostras dos insumos a serem utilizados para a preparação das bebidas quentes, não empregando aqueles desaprovados, sob pena de glosa em fatura, entre outras medidas cabíveis, inclusive às penalidades.
- Os insumos deverão ser de marcas de qualidade comprovada e, diante de recusa, a CONTRATADA deverá substituir a marca ou lote, a critério da CONTRATANTE, devendo ser repostos num prazo máximo de até 3 (três) dias após a comunicação da irregularidade. Devem constar a marca, data de fabricação, validade e procedência de todos os produtos a serem utilizados, os quais, devem atender, no que couber, à Resolução nº 277, de 22/09/2005, da ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como na IN nº08, de 11 de julho de 2013, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e, em especial quanto ao café, possuir o selo da ABIC.
- Características a serem consideradas:
- Açúcar refinado de qualidade superior;
- Café com Categoria de Qualidade Superior deve apresentar aroma e sabor característico do produto, podendo ser suave ou Intenso e obter em análise sensorial da bebida, Nota de



Qualidade Global na faixa de 6,0 a 7,2 pontos, realizada por equipe selecionada e treinada, em laboratórios credenciados, fazendo uso da escala de 0 a 10 para Qualidade Global;

- A marca do café deve possuir Certificado no PQC – Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza;
- Chocolate em pó com a seguinte composição mínima por porção de 20g:

Composição	Valores	
	Mínimo	Máximo
Valor calórico	74 Kcal	83 Kcal
Carboidratos	16g	20g
Proteínas	0,4g	0,8g
Gorduras totais	0	0,6g
Gorduras saturadas	0	0,2g
Gorduras trans	0	0
Sódio	20mg	29mg
Fibra alimentar	0	1g

- Leite em pó desnatado com a seguinte composição mínima por porção de 20g:

Composição	Valores	
	Mínimo	Máximo
Valor calórico	68 Kcal	71 Kcal
Carboidratos	9,0g	12g
Proteínas	6,6g	7,0g
Gorduras totais	0	0



Gorduras saturadas	0	0
Gorduras trans	0	0
Sódio	85mg	120mg
Cálcio	300mg	400mg
Vitamina A	120mg RE	180mg RE
Vitamina D	0,75mcg	1,5mcg
Proteínas	0	0
Gorduras Totais	0	0
Sódio	0,53mg	0,81mg

- Chá a critério da CONTRATANTE.
- Para a preparação das doses, serão consideradas as seguintes quantidades mínimas:
- Café expresso: 7g de café;
- Café expresso longo: 7g de café;
- Leite: 20g de leite;
- Café com leite: 7g de café, 15g de leite;
- Cappuccino: 7g de café e 7g de leite;
- Cappuccino com chocolate: 7g de café, 7g de chocolate e 7g de leite;
- Chocolate: 20g de chocolate;
- Chá: 11g de chá.
- Copo descartável: Capacidade de 150 ml, de boa resistência e qualidade, de material apropriado para o uso ao qual se destina, devendo ser compatível com o equipamento e atender, no mínimo, as especificações da NBR/ABNT 14.865/2002, devendo preferencialmente, de acordo com a possibilidade de compatibilidade ao equipamento utilizado, atender a NBR/ABNT 15.448 -1 e 2/2008 (utilizar copos preferencialmente confeccionados de materiais alternativos aos copos descartáveis).
- Misturador descartável de qualidade comprovada de material apropriado para o uso ao qual se destina, compatível com o equipamento.
- **Natureza Continuada (ou não) do Serviço:**
- Serviço de Natureza Continuada sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
-



- **Critérios e Práticas de Sustentabilidade:**

- Além dos critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU – 6ª Edição – setembro / 23, naquilo que couber, a Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios e menor poluição e ruídos, tais como:
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- Que as embalagens sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes, substituindo substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
- Treinar e capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- A empresa CONTRATADA e seus funcionários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão.

-

- **Duração Inicial do Contrato:**

- Contrato de prestação de serviços, com duração inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação conforme permitido pela legislação vigente.

-

- **Transição Contratual:**

- Não há necessidade de transição contratual, uma vez que não há contrato vigente para fornecimento de materiais de consumo.

6. Estimativa das quantidades:

6.1. Para estimar a quantidade de doses necessárias para atender o consumo de todos, a comissão considerou os dados disponibilizados no mês de novembro de 2025 pelo Setor de Recursos Humanos, Gabinete da Presidência, Setor de Atendimento e registros de acesso fornecidos pela TI referente aos usuários entre os meses de janeiro a outubro, contemplando:

- Número de empregados presentes nos dois turnos de trabalho;
- Estagiários, alocados em turno único;
- Conselheiros em atividade nas reuniões mensais;
- Membros das Comissões de Instrução de Processos Éticos, com reuniões semanais;
- Profissionais de enfermagem e demais visitantes que comparecem diariamente às unidades.



Tabela estimativa de usuários potenciais do serviço de bebidas quentes no Coren-ES

Local	Empregados	Estagiários	Conselheiros	CIP E	Atendimentos 01/01/25 - 31/10/25	Média visitantes mensal
Vitória	73	5	18	23	11.362	1.136,20
Cachoeiro de Itapemirim	2	-	-	-	5.716	571,60
Colatina	2	-	-	-	2.739	273,90
Linhares	1	-	-	-	2.017	201,70
São Mateus	2	-	-	-	3.585	358,50

- 6.2.** Além disso, foram considerados 264 dias úteis de funcionamento presencial da sede e subseções; uma dose diária por visitante; duas doses por funcionário; uma dose por estagiário; a quantidade de participantes da CIPE por semana; e a quantidade de conselheiros por ROP. Também foi acrescido 10% do total estimado como margem para doses excedentes.

Tabela estimativa do consumo de doses por sede e subseções do Coren-ES

Local	Consumo mínimo diário	Consumo mínimo mensal	Consumo mínimo anual
Vitória (sede)	209	4.598	55.176
Cachoeiro de Itapemirim	30	660	7.960
Colatina	17	374	4.488
Linhares	12	264	3.168



São Mateus	20	440	5.280
Total	288	6.336	76.072

Tabela estimativa das doses excedentes do Coren-ES			
Local	Doses excedentes mensal	Doses excedentes anual	Total
Vitória (sede)	460	5.520	60.696
Cachoeiro de Itapemirim	67	804	8.724
Colatina	38	456	4.944
Linhares	27	324	3.492
São Mateus	44	528	5.808
Total			83.664

7. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:

- 7.1. O levantamento de mercado realizado identificou que o fornecimento de café e bebidas quentes por meio de máquinas automáticas de autoatendimento em regime de comodato é uma prática consolidada em órgãos públicos e empresas privadas, destacando-se pela conveniência operacional, eficiência e previsibilidade de custos:

DISPONIBILIDADE DO MERCADO		
1	Objeto da contratação	Valor Global
	Serviços continuados de fornecimento de café e bebidas quentes por meio sistema de comodato, incluindo	R\$ 325.800,00



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

	instalação, suprimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva, limpeza e outros materiais e serviços necessários à sua execução nas dependências do Coren-SP.	
	Entidade/ meio de consulta	
	Foi realizada pesquisa no Painel de Contratações Públicas, Id contratação PNCP: 44413680000140-1-000064/2024	
	Empresa	
	PIERCOFFEE BR SERVICES & FACILITIES LTDA	
	Órgão	
	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO	
2	Objeto da contratação	Valor Global
	Prestação de serviços de fornecimento de bebidas quentes, por meio de 03 (três) máquinas de autoatendimento, em regime de comodato, sendo 02 (duas) com consumo limitado e 01 (uma) com consumo livre, incluindo os insumos, bem como a assistência técnica, o abastecimento, manutenção preventiva, corretiva e limpeza, nas dependências desta Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo – COREMETRO.	R\$ 97.500,00
	Entidade/ meio de consulta	
	Foi realizada pesquisa no Painel de Contratações Públicas, Id contratação PNCP: 96291141000180-1-003029/2024	
	Empresa	
	PIERCOFFEE BR SERVICES & FACILITIES LTDA	
	Órgão	
	SÃO PAULO SECRETARIA DA ADMINISTRACAO PENITENCIÁRIA	
3	Objeto da contratação	Valor Global



	Fornecimento contínuo de café e bebidas quentes, por meio de máquina(s) automática(s) em regime de comodato	R\$ 280.800,00
	Entidade/ meio de consulta	
	Foi realizada pesquisa no Painel de Contratações Públicas, Id contratação PNCP: 16636540000104-1-000031/2025	
	Empresa	
	UNIAO COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI - ME	
	Órgão	
	CIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MG	
4	Objeto da contratação	Valor Global
	Serviço especializado de fornecimento de bebidas quentes através de comodato das máquinas automáticas, incluindo os equipamentos, materiais, insumos, instalações, abastecimentos, higienização e manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de café curto e longo, por dose, solúvel ou cápsula.	R\$ 725.040,00
	Entidade/ meio de consulta	
	Foi realizada pesquisa no Painel de Contratações Públicas, Id contratação PNCP: 03507415002864-1-000053/2025	
	Empresa	
	CAFE GAKLIK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	
	Órgão	
	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MATO GROSSO	

7.2. Verificou-se a existência de diversos fornecedores especializados, que oferecem soluções integradas contemplando instalação, manutenção técnica, reposição de insumos e suporte contínuo, o que confirma a viabilidade técnica e competitividade do mercado para esse tipo de contratação.



7.3. A adoção do modelo em comodato mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, pois transfere à contratada as responsabilidades de aquisição, manutenção e substituição dos equipamentos, eliminando custos de investimento, armazenamento e depreciação de bens. Além disso, assegura qualidade padronizada das bebidas, controle de consumo e maior sustentabilidade, uma vez que o fornecimento é ajustado à demanda real.

Solução	Descrição	Vantagens	Desvantagens
Contratação de Serviços de Café (Terceirização)	Empresa fornecedora entrega e mantém equipamentos e insumos, cobrando pelo serviço.	<ul style="list-style-type: none">- Não há custo inicial com aquisição;- Manutenção e reposição de insumos sob responsabilidade da empresa;- Serviço técnico incluso;- Possibilidade de contratos flexíveis.	<ul style="list-style-type: none">- Custo mensal contínuo;- Dependência de terceiros para reposição e manutenção;- Possível limitação nas opções de bebidas.
Aquisição de Máquina de Café Expresso Automática	Compra de máquinas permanentemente para uso na sede e subseções do Coren-ES.	<ul style="list-style-type: none">- Redução de custos a longo prazo.- Controle sobre consumo e reposição de insumos.- Bebidas variadas e personalizadas.- Rapidez e facilidade no preparo.- Disponível a qualquer momento do dia.	<ul style="list-style-type: none">- Custo inicial elevado.- Necessidade de manutenção periódica.- Treinamento básico para uso e reposição de insumos.
Uso de Máquinas por Locação	- Aluguel de máquinas automáticas de café com manutenção e suporte técnico inclusos.	<ul style="list-style-type: none">- Custo inicial reduzido.- Assistência técnica garantida.- Flexibilidade de troca ou upgrade de máquina.- Sem compromisso com aquisição definitiva.	<ul style="list-style-type: none">- Custo mensal pode ser elevado a longo prazo.- Dependência de terceiros para manutenção e suporte.- Possível limitação na escolha de modelos.



Café Tradicional (Manual)	<ul style="list-style-type: none">- Disponibilização de insumos e utensílios para preparo manual (cafeteiras tradicionais ou coadores).	<ul style="list-style-type: none">- Baixo custo inicial.- Equipamentos simples e de fácil reposição.- Controle direto sobre os insumos.	<ul style="list-style-type: none">- Consome mais tempo dos funcionários.- Qualidade e sabor podem variar.- Menor praticidade e organização no ambiente de trabalho.
Máquina Vending Machine	<ul style="list-style-type: none">- Instalação de máquinas automáticas operadas por pagamento individual por bebida.	<ul style="list-style-type: none">- Sem custos diretos para a Secretaria (os usuários pagam por uso).- Praticidade e variedade de bebidas.- Manutenção e abastecimento sob responsabilidade da empresa.	<ul style="list-style-type: none">- Custo por bebida para o funcionário.- Possível resistência por parte dos usuários.- Dependência total de terceiros.

7.4. Assim, o levantamento de mercado e a análise técnica demonstram que a contratação integrada de fornecimento e manutenção das máquinas é a solução mais adequada, eficiente e economicamente favorável para o atendimento da necessidade institucional do Coren-ES, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e racionalização das contratações públicas.

8. Estimativas do Valor da Contratação:

8.1. Com base em especificações preliminares, o método para estimativa de preços, seguindo as diretrizes dos normativos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU), foi através da obtenção de preços junto a fornecedores e de outras compras públicas. Esta pesquisa é preliminar, com vistas a se obter informação prévia da despesa e será refinada, na elaboração do Termo de Referência, sendo, portanto, aprimorada para efeito de estimativa dos valores de referência para a licitação, cujos documentos de suporte seguirão anexos a este Estudo:



MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS					
Órgãos	COREN-SP - Pregão 22/2024	COREMETR O - Pregão 90004/2024	CIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MG - Pregão 017/2025	SESP-MT - Pregão 20/2025	MÉDIA DOS VALORES
Valor da dose	R\$1,81	R\$1,30	R\$1,17	R\$0,95	R\$1,30
Valor das doses excedentes	R\$1,81	R\$1,30	R\$1,17	R\$0,95	R\$1,30

8.2. O valor médio adotado para cada dose consumida é de R\$ 1,30, conforme mapa comparativo de preços, resultando no valor total global estimado:

Grupo único 01							
Item	Descrição	Qtd e	Meses	Valor Unitário mensal (R\$)	Valor mensal por máquina (R\$)	Valor mensal excedente e por máquina (R\$)	Valor anual (R\$)
1	Vitória: Franquia mensal de máquina de grande porte para preparo de doses unitárias, evitando desperdício de insumos, com regulagem personalizada, display alfanumérico para	2	12	R\$1,30	R\$2.988,70	R\$299,00	R\$78.904,80



	informar o usuário e sinalizar falhas, além de pré-seleção para ajuste da quantidade de açúcar. O equipamento deve possuir dispensador de 110 ml, alimentação direta pela rede hídrica e capacidade de servir, no mínimo, café curto (50 ml), café longo (70 ml), café com leite (110 ml), cappuccino (110 ml), leite (110 ml), chocolate quente (110ml) e chá mate (110 ml). <u>A estimativa de consumo mensal é de 2.299, com até 230 doses excedentes.</u>						
2	Cachoeiro de Itapemirim: Franquia mensal de máquina de médio porte, de modelo compacto, destinada ao preparo de doses unitárias, evitando desperdício de insumos. O equipamento deve contar com regulagem personalizada, display alfanumérico para informar o usuário e sinalizar falhas, além de pré-seleção para	1	12	R\$1,30	R\$858,00	R\$87,10	R\$11.341,20



	ajuste da quantidade de açúcar. Deve possuir dispensador de 110 ml, alimentação direta pela rede hídrica e capacidade de servir, no mínimo, café curto (50 ml), café longo (70 ml), café com leite (110 ml), cappuccino (110 ml), leite (110 ml), chocolate quente (110ml) e chá mate (110 ml). <u>A estimativa de consumo mensal é de 660, com até 67 doses excedentes.</u>						
3	Colatina: Franquia mensal de máquina de médio porte, de modelo compacto, destinada ao preparo de doses unitárias, evitando desperdício de insumos. O equipamento deve contar com regulação personalizada, display alfanumérico para informar o usuário e sinalizar falhas, além de pré-seleção para ajuste da quantidade de açúcar. Deve possuir dispensador de 110 ml,	1	12	R\$1,30	R\$486,20	R\$49,40	R\$6.427,20



	alimentação direta pela rede hídrica e capacidade de servir, no mínimo, café curto (50 ml), café longo (70 ml), café com leite (110 ml), cappuccino (110 ml), leite (110 ml), chocolate quente (110ml) e chá mate (110 ml). <u>A estimativa de consumo mensal é de 374, com até 38 doses excedentes.</u>						
4	Linhares: Franquia mensal de máquina de médio porte, de modelo compacto, destinada ao preparo de doses unitárias, evitando desperdício de insumos. O equipamento deve contar com regulação personalizada, display alfanumérico para informar o usuário e sinalizar falhas, além de pré-seleção para ajuste da quantidade de açúcar. Deve possuir dispensador de 110 ml, alimentação direta pela rede hídrica e capacidade de servir, no mínimo, café curto (50 ml), café longo (70	1	12	R\$1,30	R\$343,20	R\$35,10	R\$4.539,60



	ml), café com leite (110 ml), cappuccino (110 ml), leite (110 ml), chocolate quente (110ml) e chá mate (110 ml). <u>A estimativa de consumo mensal é de 264, com até 27 doses excedentes.</u>						
5	São Mateus: Franquia mensal de máquina de médio porte, de modelo compacto, destinada ao preparo de doses unitárias, evitando desperdício de insumos. O equipamento deve contar com regulagem personalizada, display alfanumérico para informar o usuário e sinalizar falhas, além de pré-seleção para ajuste da quantidade de açúcar. Deve possuir dispensador de 110 ml, alimentação direta pela rede hídrica e capacidade de servir, no mínimo, café curto (50 ml), café longo (70 ml), café com leite (110 ml), cappuccino (110 ml), leite (110 ml), chocolate quente (110ml) e chá mate	1	12	R\$1,30	R\$572,00	R\$57,20	R\$7.550,40



(110 ml). A estimativa de consumo mensal é de 440, com até 44 doses excedentes.						
Valor total global:						R\$108.763, 20

8.3. A estimativa da contratação, considerando as doses incluídas e as doses excedentes, é de **R\$ 108.763,20** (cento e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

9. Descrição da solução como um todo:

- 9.1. A solução consiste na contratação de serviços continuados de fornecimento de café e bebidas quentes por meio de máquinas automáticas de autoatendimento, em regime de comodato, abrangendo a instalação, fornecimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva, limpeza e suporte técnico.
- 9.2. As máquinas deverão ser instaladas na sede e nas subseções do Coren-ES, garantindo padronização do serviço, qualidade das bebidas e praticidade no atendimento a profissionais de enfermagem, servidores e visitantes. O preparo automatizado assegura higiene, segurança alimentar e redução de desperdícios, eliminando a manipulação direta de insumos e o tempo de preparo manual.
- 9.3. A solução proposta transfere à contratada a responsabilidade pela disponibilização, manutenção e operação técnica dos equipamentos, assegurando continuidade do serviço e previsibilidade de custos. O fornecimento em regime de comodato dispensa a aquisição de bens permanentes, evitando despesas com reposição, armazenamento ou depreciação.
- 9.4. Além de atender à necessidade institucional, a medida contribui para a modernização administrativa, eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos, refletindo em maior conforto e satisfação dos usuários e em conformidade com os princípios da economicidade e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da solução:

- 10.1. A solução não comporta parcelamento, uma vez que se trata de serviço continuado prestado de forma integrada, envolvendo fornecimento de insumos, disponibilização das



máquinas em regime de comodato, manutenção preventiva e corretiva, limpeza e suporte técnico.

10.2. O fracionamento da contratação comprometeria a unidade técnica e operacional do objeto, dificultando o controle de consumo, a gestão contratual e a responsabilização da empresa executora. A execução centralizada por único fornecedor garante padronização da qualidade, eficiência na manutenção, melhor gestão dos insumos e maior economicidade global.

10.3. Dessa forma, a contratação deverá ocorrer de forma única e indivisível, assegurando a adequada execução do serviço e o atendimento integral às necessidades do Coren-ES.

Alternativa	Vantagens	Desvantagens	Resultado
Aquisição direta das máquinas e insumos	Controle total do equipamento	Alto custo inicial e manutenção	Descartada
Manutenção do modelo atual (cafeteiras e garrafas)	Sem custos adicionais imediatos	Baixa qualidade, desperdício e ausência nas subseções	Descartada
Contratação via comodato com fornecimento de insumos e manutenção	Operação automatizada e eficiente	Dependência contratual do fornecedor	Solução adotada

11. Resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

11.1. A contratação visa otimizar o uso dos recursos públicos por meio da redução de desperdícios e custos operacionais, eliminando compras recorrentes e a necessidade de estocagem de insumos. O regime de comodato, com manutenção e fornecimento incluídos, assegura previsibilidade de gastos, eficiência administrativa e melhor qualidade do serviço prestado. A automatização permite padronização, controle de consumo e sustentabilidade, além de liberar servidores de tarefas acessórias, possibilitando melhor aproveitamento da força de trabalho em atividades finalísticas.

12. Providências para adequação do ambiente do Coren-ES:



- 12.1.** Para viabilizar a instalação e o pleno funcionamento das máquinas automáticas de fornecimento de café e bebidas quentes, deverão ser adotadas medidas prévias de adequação do ambiente físico e organizacional do Coren-ES.
- 12.2.** Inicialmente, será necessária a execução do PAD de manutenção predial nº 382/2025, destinado à adequação das instalações elétricas e hidráulicas dos pontos onde os equipamentos serão instalados, garantindo o funcionamento seguro e estável do sistema. A ação inclui a elaboração e execução dos pontos elétricos e hidráulicos pré-definidos, conforme o layout e a disposição das máquinas em cada ambiente.
- 12.3.** Deverá ser realizada a adaptação dos espaços físicos com readequação da disposição de móveis e equipamentos, assegurando acessibilidade, fácil circulação e visibilidade dos equipamentos para o público. É importante garantir que os pontos de instalação sejam de fácil acesso e uso compartilhado, especialmente em áreas de maior fluxo, como recepções, salas de espera e espaços comuns, promovendo comodidade aos profissionais de enfermagem, colaboradores e visitantes.
- 12.4.** Além das adequações físicas, recomenda-se a capacitação dos gestores e fiscais da contratação, a fim de garantir o correto acompanhamento do contrato, bem como o treinamento da equipe responsável pelo recebimento, instalação e fiscalização técnica dos equipamentos. O setor de atendimento também deverá ser orientado quanto ao uso adequado das máquinas e à comunicação de eventuais falhas à área responsável pela manutenção.
- 12.5.** Com vistas à sustentabilidade, deverá ser instituído um plano de limpeza e descarte ambientalmente adequado, com incentivo ao uso de copos recicláveis ou biodegradáveis e à coleta seletiva dos resíduos gerados. Essas ações reforçam o compromisso institucional com as diretrizes de sustentabilidade previstas no art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU (6ª edição, 2023).
- 12.6.** Adicionalmente, recomenda-se que a área de Serviços Gerais estabeleça rotina de inspeção e limpeza das áreas de instalação, de modo a garantir condições higiênicas e operacionais adequadas. Também será necessário prever sinalização informativa e orientativa junto às máquinas, contendo instruções de uso, cuidados de segurança e contatos de suporte técnico.
- 12.7.** Por fim, destaca-se que a implementação dessas providências deverá ser acompanhada por planejamento integrado entre os setores de manutenção predial, gestão de contratos, fiscalização técnica e serviços gerais, de modo a assegurar a execução eficiente e segura da instalação e operação dos equipamentos.

13. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

- 13.1.** A execução da presente contratação possui interdependência direta com o PAD de manutenção predial nº 382/2025, que prevê a adequação das instalações elétricas e hidráulicas necessárias ao correto funcionamento das máquinas automáticas de



fornecimento de café e bebidas quentes. A conclusão dessas intervenções é condição prévia para a instalação dos equipamentos e início efetivo da prestação dos serviços.

13.2. Além disso, há correlação indireta com eventuais contratos de manutenção predial e de serviços gerais, responsáveis por apoiar as atividades de infraestrutura e limpeza dos ambientes onde as máquinas serão instaladas, garantindo condições adequadas de uso e conservação.

13.3. Por fim, destaca-se que não há outras contratações diretamente vinculadas que dependam do objeto em questão, sendo esta autônoma quanto à execução e gestão contratual, desde que observadas as providências estruturais e operacionais previamente mencionadas.

14. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

14.1. A contratação em questão apresenta baixo potencial de impacto ambiental, uma vez que se refere ao fornecimento de bebidas quentes por meio de máquinas automáticas em regime de comodato, sem geração significativa de efluentes, poluentes atmosféricos ou resíduos perigosos. Ainda assim, alguns aspectos devem ser observados e mitigados para assegurar a sustentabilidade da execução contratual.

14.2. O principal impacto ambiental previsto é o aumento na geração de resíduos sólidos, decorrente do uso de copos plásticos e mexedores descartáveis, bem como o descarte de insumos e embalagens utilizados na operação das máquinas. Para mitigar esses efeitos, recomenda-se a adoção de copos recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, conforme disponibilidade de mercado, além da implementação de coleta seletiva e de um plano de limpeza e descarte adequado, sob responsabilidade da contratada e acompanhamento do setor de serviços gerais.

14.3. Outro ponto relevante refere-se ao consumo de energia elétrica e água pelas máquinas. Embora o impacto seja reduzido, recomenda-se a especificação de equipamentos com eficiência energética comprovada e sistema de alimentação direta pela rede hídrica, evitando desperdícios e consumo excessivo.

14.4. Como medidas complementares, recomenda-se a orientação contínua dos usuários quanto ao uso racional dos recursos e descarte responsável dos resíduos, bem como a fiscalização periódica pela área contratante para verificar o cumprimento das obrigações ambientais.

14.5. Dessa forma, as ações mitigadoras previstas asseguram que a execução contratual ocorra de forma ambientalmente responsável, em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da eficiência previstos no art. 5º e no art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

- 15.1.** A análise técnica realizada demonstra que a contratação de serviços continuados de fornecimento de café e bebidas quentes, por meio de máquinas automáticas de autoatendimento em regime de comodato, é adequada, necessária e vantajosa para o atendimento das demandas institucionais do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren-ES).
- 15.2.** A solução proposta atende plenamente à necessidade identificada, ao promover a padronização, higiene e qualidade no fornecimento de bebidas quentes, eliminando o desperdício de insumos e o uso de métodos manuais ineficientes.
- 15.3.** A modalidade de comodato, com fornecimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva, e limpeza incluídos, revela-se tecnicamente adequada e economicamente eficiente, ao transferir à contratada as responsabilidades operacionais e de suporte técnico, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço sem necessidade de investimento em aquisição de equipamentos ou estrutura própria.
- 15.4.** Verifica-se, ainda, que os impactos ambientais são mínimos e plenamente mitigáveis, desde que observadas as medidas preventivas e de sustentabilidade previstas, tais como o uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis, descarte adequado de resíduos e equipamentos energeticamente eficientes.
- 15.5.** Conclui-se, portanto, que a contratação é plenamente justificável e conveniente à Administração, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e nas boas práticas de gestão e planejamento das contratações públicas.

16. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Preliminares realizado por esta Equipe de Planejamento, **DECLARAMOS** que:

(X) **É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante/demandante.

() **NÃO É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante/demandante.

A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

A justificativa da viabilidade está contemplada no Item 03.

17. Do acesso às informações contidas nos presentes Estudos Preliminares:

Nos Termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

(x) As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO**, nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

18. Responsabilidade da Equipe de Planejamento pela Elaboração e Conteúdo do Documento:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

<hr/> Mariane Dantas de Barros Matrícula Coren-ES nº 441	<hr/> Julia Pires da Luz Santos Matrícula Coren-ES nº 486	<hr/> Juliana Harckbart Costa Matrícula Coren-ES nº 163
Vitória-ES, 11 de dezembro de 2025.		

ANEXO III

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XX - UASG 389326

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO – COREN-ES**, Autarquia Federal, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.332.733/0001-35, com sede na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, 11º andar, Centro, Vitória – ES, CEP 29010-901, adiante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Wilton José Patrício, brasileiro, nomeado pela Decisão Coren nº 01/2024, portador da Carteira de Identidade nº XXXXX PMES, e inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, de outro a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº. **XXXXXXXXXX** com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXXXX**, e-mail: **XXXXXXXXXXXXXXXX** e **XXXXXXXXXXXXXXXX**, telefone **(XX) XXXXXXXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) sócio-administrador(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de XXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX contados do(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o *inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021*.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 12,5% a 30% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “d” do subitem 12.1, de 10% a 25% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “c” do subitem 12.1, a multa será de 7,5% a 20% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Espírito Santo, Seção Judiciária de Vitória para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

TIMBRADO DO(A) FORNECEDOR(A)

ANEXO IV MODELO DE PROPOSTA

Nome:

Data: ____ / ____ / ____

GRUPO				
Item	Descrição (com indicação de marca, fabricante e as informações necessárias a verificação dos requisitos)	Quant.	V. Unit. (R\$)	V. Total (R\$)
1				
2				
3				
VALOR TOTAL				

1. Atestamos que na nossa proposta já estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, impostos, benefícios, tributos, contribuições e seguros, de modo a constituírem o valor acima a única e total aquisição referente ao objeto.
2. Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.
3. **Dados:** Caso sejamos a proposta vencedora e transcorridos todos os trâmites legais, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:

CNPJ:

E-mail:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Telefone:

Endereço (rua/nº/bairro/cidade/UF):

CEP:

Representante Legal da Licitante:

Assinatura



CNPJ: 08.332.733/0001-35 Responsável: Breno Birschener Gonzaga Matrícula: 455 Telefone: (27) 3223-7768 Departamento: Setor de Compras

ANEXO V

Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
Dose multibebida	R\$ 2,01	R\$ 2,04	0,11	5,38	Média	R\$ 1,89	R\$ 2,01	R\$ 2,04

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	Dose multibebida	un	83664,00	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE / 533014 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOL. DO NORDESTE	Portal Nacional de Contratações Públicas	BUONO CAFFE MAQUINAS AUTOMATICAS LTDA	Micro Empresa	R\$ 1,89	R\$ 2,01	VÁLIDO	
				CONSELHO REGIONAL DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DO RIO GRANDE DO SUL / 927698 - CONSELHO REGIONAL DOS TECNICOS INDUSTRIAIS-RS	Portal Nacional de Contratações Públicas	D'ITALIA VENDING - MAQUINAS DE CAFE E SNACKS LTDA	---	R\$ 2,04		VÁLIDO	
				CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO RIO GRANDE DO SUL (CRA-RS) / 389150 - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RS	Portal Nacional de Contratações Públicas	D'ITALIA VENDING - MAQUINAS DE CAFE E SNACKS LTDA	---	R\$ 2,10		VÁLIDO	



ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS

Prezadas licitantes, aqui estão algumas informações que podem auxiliá-los na elaboração da proposta comercial:

- 1) Os preços médios apresentados no ANEXO II (Estudos Técnicos Preliminares), serviram apenas para pesquisa preliminar de mercado, não refletindo a média final apresentada no Mapa Comparativo de Preços e no Termo de Referência, sendo este último o que deve ser considerado para a contratação.
- 2) Conforme item 3.14 do Edital, caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3) As licitantes deverão se atentar que a proposta realizada atenda aos requisitos especificados, com especial atenção nos itens 1.1 do Termo de Referência, devendo na formalização conter tanto os valores quanto a descrição do item ofertado.
- 4) Encerrada a fase de disputas, as licitantes deverão estar atentas às comunicações do chat, pois, dar-se-á início ao julgamento da proposta que estiver provisoriamente classificada em primeiro lugar.
- 5) Ao enviar a proposta comercial, a licitante poderá aproveitar para apresentar os documentos de habilitação. O envio dos documentos de habilitação no momento do envio da proposta não prejudicará a abertura do campo anexo para envio de documentos na fase de habilitação, caso a proposta seja aceita.
- 6) Quando da habilitação, será exigido da licitante mais bem classificada a documentação de habilitação, conforme item 8 do Termo de Referência.
- 7) Conforme item 7.1.1 do edital, a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF. E, conforme item 7.11, é de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput)
- 8) A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, conforme item 7.12 do edital.
- 9) Frisa-se que é responsabilidade da licitante, principalmente das beneficiárias de tratamento diferenciado pela Lei Complementar nº 123 o envio de suas certidões ainda que vencidas, devendo se manifestar no chat quanto a qualquer atenção que o pregoeiro deve dispensar quando do julgamento e habilitação.